

## REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA EM HOMILIA DO PAPA FRANCISCO

**Francisco Lindenilson Lopes**

Mestre, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros-RN, Brasil.

**Maria Eliete de Queiroz**

Doutora, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros-RN, Brasil.

**RESUMO:** No presente trabalho, objetivamos analisar as Representação discursiva do locutor e dos alocutários a partir das estratégias textuais-discursivas utilizadas no intento de validação de enunciados e de imagens projetadas de si mesmo e dos outros. O *corpus* analisado consta da homilia que foi proferida pelo Papa Francisco na Santa Missa Pela Evangelização dos Povos, em 07 de julho de 2015, em Quito, no Equador, por ocasião da sua primeira viagem apostólica. Para além do aporte teórico-metodológico da Análise Textual dos Discursos (ATD) proposta por Adam (1999, 2010, 2011, 2014), também foram utilizadas as contribuições de Grize (1979, 1990), Rodrigues *et al.* (2012) e Queiroz (2013). Em nossas análises, focalizamos a ocorrência de índices de pessoa, de atos de discurso e de categorias semânticas de textualização (referenciação, predicação, modificação e etc.). Os resultados apontam para o esforço do locutor em projetar imagens de si que sejam próximas dos seus alocutários, talvez na intenção de mascarar a relação assimétrica de poder existente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise textual-discursiva. Representação discursiva. Homilia.

**ABSTRACT:** In this paper, we aim to analyze the discursive representation of the speaker and the listener based on the textual-discursive strategies used to validate statements and projected images of oneself and others. The *corpus* analyzed appears in the homily given by Pope Francis at Holy Mass for the Evangelization of Peoples on July 7, 2015, in Quito, Ecuador, on the occasion of his first apostolic journey. In addition to the theoretical-methodological contribution of Textual Discourse Analysis (TDA) proposed by Adam (1999, 2010, 2011, 2014), the contributions of Grize (1979, 1990), Rodrigues *et al.* (2012) and Queiroz (2013) were also used. In our analysis, we focused on the occurrence of person indices, speech acts, and semantic categories of textualization (referencing, predication, modification, etc.). The results point to the speaker's effort to project images of himself that are close to his listener, perhaps with the intention of masking the asymmetrical power relationship.

**KEYWORDS:** Textual-discursive analysis. Discursive representation. Homily

### INTRODUÇÃO

A Análise Textual dos Discursos (ATD) foi elaborada por Adam (1999, 2010, 2011, 2014) como uma abordagem teórico-metodológica que estuda os gêneros de discurso como práticas discursivas institucionalizadas. O interesse da ATD são os encadeamentos responsáveis pela construção co(n)textual do sentido, levando em conta que toda textualização se inscreve num quadro de um gênero discursivo específico, determinado pragmaticamente.

Assim, a ATD vai de encontro a uma visão fixista da textualidade, que concebe um exterior (contexto) oposto a um interior (fechamento estrutural). Ao falar de *co(n)texto*, a ATD problematiza em suas análises as fronteiras da textualidade e da discursividade, assim como as fronteiras da Linguística de Texto (LT) e da Análise do Discurso (AD). A perspectiva instaurada pela ATD permite enxergar a atividade discursiva como uma ação partilhada por um locutor (enunciador) e um alocutário (coenunciador) que (re)constroem os enunciados se influenciando mutuamente pelas imagens ou esquematizações que projetam de si, do outro e do tema tratado (GRIZE, 1990).

O presente trabalho segue essa vertente da análise textual dos discursos, tomando a Representação discursiva(Rd), uma de suas categorias de análise, como objeto de estudo capaz de esclarecer, mediante o exame da dimensão textual, esse jogo de imagens envoltas num determinado discurso que no texto faz ancoragem. Tratou-se, assim, de (re)construir as representações discursivas que o Papa Francisco elabora de si e dos seus alocutários em uma de suas homilias. A homilia em questão foi a proferida na Santa Missa pela Evangelização dos Povos, realizada em 7 de julho de 2015, em Quito, no Equador.

Ao nos debruçarmos sobre a homilia enquanto *corpus*, tentamos contribuir com os estudos textuais e discursivos, no que se refere a análise de um gênero caro para o discurso religioso, com raízes tão antigas quanto as histórias narradas na Bíblia Cristã, tendo inclusive o próprio Cristo como um dos primeiros homiliastas. Apesar de tão antiga e central para a liturgia da Santa Missa, os estudos sobre homilia no âmbito da linguística são poucos, sendo que o mais incipiente levantamento bibliográfico pode constatar esse fato. Tal carência de estudos representa uma lacuna que por si só justifica a realização de estudos como o que apresentamos.

No centro das problematizações que postulamos está a análise das estratégias textual-discursivas empregadas pelo Papa Francisco, enquanto locutor, na validação dos enunciados e das imagens projetadas de si e dos outros. Desta forma, trataremos da projeção de imagens no texto através da análise da ocorrência de índices de pessoa, de atos de discurso e das categorias semânticas de textualização (referenciação, predicação, modificação, conexão e localização). Assim, nos tópicos seguintes, discutiremos brevemente alguns aspectos teórico-metodológicos da ATD, com destaque para a categoria da Representação discursiva (Rd), para em seguida analisarmos os recursos textuais e discursivos empregados.

## ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS E REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A Análise Textual dos Discursos (ATD) proposta por Adam (2011) representa um novo olhar sobre a Linguística Textual, agora enxergada como subdomínio de uma análise de discurso mais ampla. Inscrevendo-se em uma zona de interseção de competências da Linguística do Texto e da Análise do Discurso, o projeto teórico-metodológico de Adam (2011) visa o tratamento textual dos discursos, ou seja, busca atender a necessidade das disciplinas do discurso em refletir sobre “o estatuto do texto”, bem como em aportar as suas análises uma “teoria específica do texto” (ADAM, 2010, p. 9-10).

Assim definida, a análise de natureza textual e discursiva aproxima texto e discurso para dar um tratamento mais adequado ao “materialmente observável”, isto é, “aos detalhes semiolinguísticos das formas-sentido mediadoras do discurso” (ADAM, 2010, p. 9). Não dispomos de espaço, no presente trabalho, para tecer maiores considerações sobre a ATD e seu dispositivo teórico-metodológico no qual se delineia três níveis da análise discursiva somados a cinco níveis ou planos categoriais de análise textual. O que empreenderemos no presente artigo é a focalização do nível da análise textual que se ocupa da dimensão semântica, mais especificamente, focalizaremos a categoria da Representação discursiva (Rd). Para tanto, partiremos de um dos conceitos centrais da ATD, qual seja, o de proposição-enunciado:

[...] ao escolher falar de *proposição-enunciado*, não definimos uma unidade tão virtual como a proposição dos lógicos ou a dos gramáticos, mas uma unidade textual de base, efetivamente realizada e produzida por um ato de enunciação, portanto, como um *enunciado mínimo*. (ADAM, 2011, p. 106, grifos do autor).

Adam (2011, p. 104) define como unidade mínima para a análise textual a *proposição-enunciado*, esclarecendo que esta definição marca “a natureza do produto de uma enunciação (enunciado)” e, ao mesmo tempo, designa “uma microunidade sintático-semântica (proposição)”. Depreende-se, pois, que a proposição-enunciado é cunhada dentro da visão integrativa do texto e do discurso para dar conta de um ente que é um produto (enunciado) ao mesmo tempo em que ainda guarda, materialmente, elementos de um processo (enunciação) corporificado em uma microunidade sintático-semântica (proposição). Por isso mesmo, em alguns momentos, Adam (2011, p. 113) também utiliza o termo “proposição enunciada”.

Em termos composicionais, toda proposição-enunciado se estrutura em torno de três dimensões complementares, quais sejam:

[...] uma **dimensão enunciativa**[B] que se encarrega da representação construída verbalmente de **um conteúdo referencial**[A] e dá-lhe uma certa **potencialidade argumentativa** [ORarg] que lhe confere uma força ou valor ilocucionário [F] mais ou menos identificável. (ADAM, 2011, p. 109, grifos do autor).

Nessa tríade preconizada por Adam (2011, p. 109), podemos observar que a proposição-enunciado forma um triângulo que ilustra esquematicamente a natureza de todo ato de referência, definido como “uma construção operada no e pelo discurso de um locutor com uma (re)construção por um interpretante”. No vértice “A” desse triângulo, encontra-se o nível da análise semântica apoiada no conceito de Representação discursiva (Rd) que, em outras palavras, se refere à esquematização de um objeto de discurso (re)construído no ato de referência a um conteúdo proposicional [p]. No vértice “B”, temos a ligação do conteúdo proposicional [p] de uma Rd a um Ponto de vista (PdV) cuja Responsabilidade Enunciativa (RE), por parte de um locutor-enunciador, pode gerar efeitos performáticos de distanciamento ou engajamento, resultando em um quadro polifônico. E por último, no vértice “C”, temos os valores ilocucionários (C2) resultantes de uma orientação argumentativa (OR-Arg-C2). Assim, vemos que mesmo justapostos com lugares fixos e bem demarcados em esquema triádico, esses elementos se imbricam a tal ponto que é impossível conceber um sem o outro. Apesar disso, para fins de análise, focalizaremos o vértice “A”, referente ao nível da análise semântica, no qual se encontra a Representação discursiva (Rd), categoria que constitui nosso objeto de estudo no presente trabalho.

Segundo Adam (2011, p. 113), “toda proposição enunciada possui um valor descritivo”, isto é, possui uma dimensão semântica que projeta um conjunto de referências descritivas aludindo ao locutor, ao(s) alocutário(s) e ao conteúdo proposicional do qual se está tratando. Esse conjunto de referências descritivas constitui uma esquematização ou Representação discursiva (Rd) enquanto ato de referência descritiva do mundo sob um determinado ponto de vista (PdV). Para Adam (2011, p. 114), todo e qualquer ato de referência implica a projeção de certa visão de mundo, isto é, a “proposição de mundo que solicita do interpretante (auditor ou locutor) uma atividade semelhante, mas não simétrica, de (re)construção dessa proposição de

pequeno mundo ou Rd”. Portanto, uma Representação discursiva é uma reconstrução pelo interpretante de uma proposição de mundo referenciada por outrem em determinado enunciado.

Assim sendo, quem ocupa a posição de locutor projeta determinada visão de mundo que interpela o outro em face da sua reconstrução, isto é, impele ao alocutário a tarefa de validar determinada visão de mundo, incluindo-se aí a validação do conjunto das imagens projetadas pelo locutor (imagens que o locutor faz do tema tratado, dele próprio e do seu alocutário ou interpretante). Nas palavras do próprio autor, “é o interpretante que constrói a Rd a partir dos enunciados (esquematisações), em função de suas próprias finalidades (objetivos, intenções) e de suas representações psicossociais da situação, do enunciador e do mundo do texto, assim como de seus pressupostos culturais” (ADAM, 2011, p. 114).

Adam (2011, p. 111) afirma que a dimensão semântica de todo ato de referência está mais relacionada à questão da validade do que da verdade dos enunciados. Para o autor, “um enunciado (uma Rd)” se coloca como válido em função de um locutor (EU-válido), do seu ou dos seus interlocutores (TU-válido), dos outros (delocutivos ELE[S]/ELA[S]-válido), de todos (NÓS-válidos) ou da opinião comum (NÓS, ALGUÉM, A GENTE-válidos). Por isso, no nível do texto, “os índices pessoais”, isto é, os elementos textuais que referenciam a pessoa do discurso, são reveladores do jogo de imagens projetadas. (ADAM, 2014, p. 113).

Pare além dos índices pessoais, é preciso destacar que há um grupo de categorias semânticas que também são empregadas na reconstrução da Rd por serem macro-operações transversais a todo e qualquer texto, tendo em vista o “seu conteúdo referencial/descritivo” (RODRIGUES *et al.*, 2012, p. 298). Tais operações de textualização constam da: *referenciação* (construção ou reconstrução de objetos de discurso através da designação ou redesignação), *predicação* (a operacionalização desses objetos de discurso em termos de sua posta em relação, isto é, do desdobramento predicativo desses objetos em função das ações, dos estados e dos eixos espaço-temporal), *modificação* (a atribuição de propriedades e qualificadores que modificam o aspecto descritivo tanto da referenciação quanto da predicação), *relação* (as conexões e assimilações entre partes de enunciados, entre enunciados ou entre partes do texto), *localização* (as circunstâncias espaço-temporais).

Por fim, com base nas discussões teórico-metodológicas esboçadas até aqui em torno das categorias textual-discursivas, passaremos à análise das Rd do locutor e dos alocutários em nosso *corpus*.

## O APAGAMENTO DO “EU” E DO “VÓS” NA MULTIPLICIDADE DO “NÓS”

O plano de texto da homilia do Papa Francisco proferida na Santa Missa Pela Evangelização dos Povos perfaz a segmentação que esboçamos a seguir:

Esquema 01: Plano de texto da homilia

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
<Cabeçalho>	<Apresentação>	<Desenvolvimento>	<Fechamento>	<Adendo>

texto que delimitam a Fonte: elaboração nossa. lendo (5) cujas funções são de contextualizar e acrescentar informações, respectivamente. Em (5) ocorre um adendo ao texto da homilia no qual se acrescenta um bloco de texto intitulado “Palavras improvisadas ao fim da missa no Parque do Bicentenário” (linhas 125-126). Palavras essas proferidas pelo Papa ao final da missa em tom dialogal que, na versão impressa divulgada pela Santa Sé, aparecem juntas ao texto principal da homilia em posição peritextual. O corpo do texto é o que se encontra indicado no Esquema 01 com os indicadores (2), (3), (4). Tais indicadores demonstram que essa parte do plano de texto se compõe basicamente de três momentos: *apresentação* (apresentação do dogma da “unidade”, enquanto tema da homilia, que é anunciado como uma tese a ser sustentada), *desenvolvimento* (contextualização do tema da homilia em função do texto bíblico fonte, seguida da reinterpretação dos seus fundamentos), *fechamento* (fechamento da argumentação em torno do tema da homilia que conflui para aproximar a noção de “unidade” bíblica com a noção político-histórica de “união dos povos”).

No que se refere as Representações discursivas (Rd), Um Eu-válido, enquanto representação discursiva de si, pode ser esquematizado discursivamente, por exemplo, na imagem de um Eu (pronome pessoal) marcador de uma assunção de responsabilidade ou de um Eu (elidido), de responsabilidade relativizada na desinência número pessoal, no aspecto dos verbos ou em outros elementos modificadores do sentido. Na homilia que ora analisamos, o uso da primeira pessoa do singular para marcar a representação de si é incipiente, recuperável apenas em quatro momentos. Por outro lado, abunda no texto a primeira pessoa do plural, revelando a intenção do locutor em projetar sua representação de si como fazendo parte de um todo que se desdobra em vários NÓS-válidos. Além disso, é importante destacar a relação Eu-Vós que o locutor estabelece em alguns momentos do texto para validar, respectivamente, as imagens de si, ao mesmo tempo em que tenta validar a imagem dos alocutários.



O uso da primeira pessoa do plural perfaz todos os setores do plano de texto, inclusive se sobrepondo à primeira do singular e à segunda do plural nas ocorrências em que aparecem juntas. Reproduzimos, a seguir, trechos da homilia com linhas enumeradas as quais faremos referência usando a notação “L” seguida de um número identificador (L000). Vejamos as ocorrências de primeira pessoa:

009- 010- 011- 012- 013-	<b>Imagino</b> aquele sussurro de Jesus na Última Ceia como um grito nesta Missa que celebramos no «Parque do Bicentenário». Imaginemos juntos: o Bicentenário daquele Grito de Independência da Hispano-América. Foi um grito, nascido da consciência da falta de liberdade, de estar a ser espremidos e saqueados, «sujeitos às conveniências dos poderosos de turno» (Evangelii gaudium, 213).
014- 015- 016- 017- 018- 019- 020- 021-	<b>Quería</b> que hoje os dois gritos... <b>quería</b> que hoje os dois gritos coincidissem sob o belo desafio da evangelização. Não a partir de palavras altissonantes, nem com termos complicados, mas que nasça da «alegria do Evangelho», que «enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus. Quantos se deixam salvar por Ele são libertados do pecado, da tristeza, do vazio interior, do isolamento», da consciência isolada(EG 1). Nós todos juntos, aqui reunidos à volta da mesa com Jesus, somos um grito, um clamor nascido da convicção de que a sua presença nos impele para a unidade, «índica um horizonte estupendo, oferece um banquete apetecível» (ibid.,14).

(...)

124-	(Bênção)
125- 126-	PALAVRAS IMPROVISADAS AO FINAL DA MISSA NO PARQUE BICENTENÁRIO
127-	Queridos <u>irmãos</u> :
128- 129- 130-	<b>Agradeço</b> -vos por esta concelebração, por ter-nos reunidos junto ao Altar do Senhor, que nos pede que sejamos um, que sejamos verdadeiramente irmãos, que a Igreja seja uma casa de irmãos. Que Deus vos bendiga e <b>peço</b> -vos que não vos esqueçais de rezar por <b>mim</b> .

Os dois primeiros excertos correspondem à Apresentação (2) e o terceiro ao Adendo (5) e, por essa localização no plano de texto, estão filiadas a dois momentos enunciativos distintos: dentro do rito da missa e fora do rito, respectivamente. Vejamos separadamente cada uma das ocorrências:

#### a) O “eu” que constrói a Rd de máximo exegeta *versus* o NÓS-cristãos-católicos

A primeira ocorrência se enquadra dentro de uma frase tipográfica que pode ser dividida nas seguintes proposições enunciadas:

[e1] *imagino* aquele sussurro de Jesus na Última Ceia como um grito nesta Missa [e2] que celebramos no “Parque do Bicentenário”.

Nesse trecho da homilia, o locutor está envolvido no processo de motivação ou sensibilização dos seus alocutários. Por isso, o locutor orienta esse bloco do texto argumentativamente para sustentar a tese de que o verdadeiro testemunho de fé cristã consiste na vida em unidade, conforme os textos sagrados pregam, ou vida em união, conforme a história mostra. Nesse intuito, o locutor inicia uma aproximação entre o plano religioso e o político-histórico.

O início da primeira pessoa do discurso é recuperado pela desinência número pessoal do verbo “imagino”, conjugado no presente do indicativo. À primeira vista, o índice de primeira pessoa do singular marca a posição do locutor em assumir um PdV: o de que o “sussurro de Jesus na Última Ceia” possa ser equiparado a “um grito” na Missa. Na assunção do PdV, o locutor atrai para si a Representação discursiva de exegeta qualificado para interpretar os textos sagrados, atualizando-os. De fato, cumpre ao presidente da celebração da Missa o dever e o poder de interpretar os textos sagrados do seu ponto de vista para então dividir sua interpretação (sua Rd dos temas) com os seus alocutário, por meio da homilia. Vale destacar que, no seu significado mais comum, homilia significa “partilha da palavra”, ao que nós propomos recategorizar como partilha de representações discursivas. No caso em tela, o locutor imbuído no papel social de Papa é legitimado pelo poder institucional que possui para se converter no maior intérprete de todos, o máximo exegeta.

Contudo, essa assunção da responsabilidade é relativizada tanto no sujeito elidido de [e1], quanto na absorção da primeira pessoa do singular pela primeira do plural em [e2], como também pelo ato performático que a forma verbal “imagino” encerra. O sujeito elidido de [e1] é um sujeito que tenta construir uma Rd de si desvinculada de “individualismo” (L030), de “egoísmos” (L033 e L050), de “personalismos” (L038) e do “afã de lideranças únicas” (L038). Desse modo, a construção dessa Rd dificilmente se plasmaria textualmente com uma posição firme de assunção da responsabilidade enunciativa, sendo que todo e qualquer sujeito que marca sua posição no “Eu” opta pelo isolamento, pelo individualismo, correndo o risco da tomada de posição ser interpretada como autoritária ou arrogante.

O “Eu” não condiz com a imagem que o papa pretende construir de si, por isso mesmo a Rd de máximo exegeta insinuada em [e1] se deixa absorver pelo “Nós” materializado em [e2] na desinência do verbo “celebramos”. Nessa absorção, o locutor pretende construir um coletivo cristão, um todo que ali no Parque do Bicentenário celebra em comunhão a missa. Em outras



palavras, instaura-se nessa absorção um NÓS-cristãos-católicos que busca se validar ou se legitimar no discurso.

Retomando a relativização do sujeito elidido de [e1] que é completada pelo ato performático da forma verbal “imagino”, temos que, se o objetivo da primeira pessoa do singular empregada em [e1] fosse a marcação firme e explícita de sua responsabilidade, porque então o verbo “imaginar”, quando seriam mais contundentes verbos como “afirmar”, “defender”, “pregar”, etc.? A escolha do verbo “imaginar” não nos parece fortuita, mas sim intencional com foco num matiz semântico próximo ao de “sonhar”, “idear”, “conjecturar”, “representar no espírito”, “fantasiar”, como apontam os diversos campos semânticos.

Ao dizer “imagino”, o locutor não objetiva uma predicação verbal plena, na qual o núcleo semântico seja o verbo, pelo contrário, o que o locutor objetiva é engendrar os seus alocutários em contrato tácito de fantasia. Obviamente que não a mesma fantasia instaurada pelo igualmente performático “era uma vez”, depois do qual o fantástico radical impera em gatos que usam botas, lobos que falam, reis que viram sapos ou feras, etc. Trate-se de outro nível de fantástico, um menos radical, com os pés firmes na realidade do possível, tal como o “Eu tenho um sonho” de Martin Luther King, que imaginava a coexistência pacífica entre brancos e negros nos Estados Unidos.

Mais do que responsabilidade assumida, o “imagino” do locutor de [e1] é ato performático, porque almeja envolver os seus alocutários no seu mundo representacional, na sua “proposição de (pequeno) mundo ou Rd” (ADAM, 2011, p. 114). Tanto é assim, que no trecho seguinte a [e2], o locutor conclama em [e3]:

*[e3] imaginemos juntos: [e4] o Bicentenário daquele Grito de Independência da Hispano-América. Foi um grito, [e5] nascido da consciência da falta de liberdade, [e6] de estar a ser espremidos, [e7] saqueados, [e8] sujeitos às conveniências dos poderosos de turno.*

A primeira pessoa singular do “imagino” em [e1] se deixa também absorver pela primeira pessoa do plural do “imaginemos juntos” em [e3]. É interessante também notar que a função conativa, presente no modo imperativo do verbo “imaginemos”, somado ao adjetivo “juntos” na função de modificador, corrobora a nossa tese de ato performático. Não bastasse a predicação das formas verbais e da modificação manifesta no modificador “juntos”, ainda temos, a partir de [e4], um período narrativo encaixado a respeito do primeiro Grito de Independência Hispano-americano que o Parque do Bicentenário simboliza. Para ratificar a

função performática do “(eu) imagino”, absorvido pelo “imaginemos (nós) juntos”, a narrativa encaixada reforça o propósito de cativar e de se aproximar dos alocutários trazendo-lhes à memória um evento histórico dos seus países. Propõe-se, então, um NÓS-cristãos-católicos-hispano-americanos como uma subdivisão do NÓS-cristãos-católicos, instaurado anteriormente.

### b) O “eu” que materializa a Rd do Pastor frente a um NÓS-todos-juntos

Finalizando o bloco textual que corresponde a Apresentação (2) no plano de texto, o locutor, já tendo aproximado os planos religioso e político-histórico, agora manifesta o seu desejo de sobrepor esses planos:

014-	<b>Queria</b> que hoje os dois gritos... <b>queria</b> que hoje os dois gritos coincidissem sob o
015-	
016-	
017-	
018-	
019-	
020-	
021-	

Igualmente a primeira ocorrência, o segundo índice da primeira pessoa do singular aparece na desinência número pessoal da forma verbal “queria”. Contudo, ao contrário da primeira ocorrência, nesse caso o matiz semântico do verbo “querer” é propício à marcação da assunção firme de um ponto de vista. Assentam os dicionários o seu significado como “ter vontade ou intenção de”, mas também lhe conferem as acepções de “ordenar” e “exigir”, quando se porta como verbo transitivo, e “expressar terminantemente a vontade”, quando se porta como verbo intransitivo.

Entretanto, outra vez o locutor procede com o apagamento do “Eu” com a relativização da assunção de responsabilidade. Não bastasse o sujeito elidido, a força do matiz semântico do verbo é relativizada na modalização proveniente da conjugação do verbo “querer” na primeira pessoa do pretérito imperfeito do indicativo, “queria”. O sujeito que diz “Eu quero” não é o mesmo sujeito que diz “Eu queria”, na perspectiva de que o “Eu quero” marca uma situação de empoderamento desse sujeito e, na sua contramão, o “Eu queria” marca não só uma situação de assujeitamento, como também uma ação mediadora que tenta conciliar o desejo do “Eu” apesar do seu assujeitamento à vontade de outrem.

Ocorre um verdadeiro abrandamento da forte ação volitiva que a forma verbal “quero” tem o potencial de manifestar. Outra vez o locutor mascara o poder institucional que detém se desvencilhando de um posicionamento autoritário para projetar a imagem si de um EU-desapoderado. No desenrolar do texto, igualmente a ocorrência anterior da primeira pessoa, o locutor seguirá dirimindo o “eu” em um “nós”.

Das linhas 017 a 019, o locutor plasma a imagem do que não se deve ser a partir da imagem daqueles que “se deixam salvar” por Jesus: “libertados do pecado, da tristeza, do vazio interior, do isolamento, da consciência isolada”. Com isso, tenta instaurar um ALGUÉM-cristão-salvo como inspiração para um NÓS-todos-juntos que aparece nas linhas 019 a 021. A partir daí, observemos a forma como o “Nós” é modificado:

*[e1a] Nós todos juntos, [e2] aqui reunidos à volta da mesa com Jesus, [e1b] somos um grito, [e3] um clamor nascido da convicção de que a sua presença nos impele para a unidade, [e4] indica um horizonte estupendo, [e5] oferece um banquete apeteçivil.*

O pronome “nós” já absorve o “eu queria” anterior e expressa a noção de conjunto, de contiguidade, de união que o locutor está buscando. Não satisfeito, o locutor potencializa essa noção com a junção do substantivo masculino plural “todos”, seguido do adjetivo “juntos”, uma construção resultante que pode ser assim resumida: [P-S-A]. Nessa construção, o pronome [P] “nós”, enquanto referente e tema de [e1], é retomado no substantivo [S] “todos” que por sua vez é modificado pelo adjetivo [A] “juntos”. Por outro lado, devemos atentar para a elipse da predicação que está implícita nessa construção: o “nós todos juntos” é equivalente ao “nós [que estamos] todos juntos”, uma predicação na forma de oração subordinada adjetiva. Na verdade, em decorrência dessa elipse da predicação, a construção “todos juntos” posposta ao “nós” acaba por funcionar como uma construção epítética, portanto qualificativa e modificadora do sentido do “nós”. A posposição dessa construção epítética modifica o referente “nós” garantindo um efeito de ênfase que perdura na redundância do termo “reunidos” em [e2] e no sema dos substantivos “unidade” de [e3] e “banquete” de [e5].

Percebamos que, propositalmente, o locutor quebra [e1] em duas partes para inserir [e2] como aposto cujas funções são três: inserir uma circunstância locativa com o advérbio “aqui”; retomar anaforicamente o tema “nós todos juntos” a partir do modificador “reunidos” e projetar anafórica e cataforicamente a noção de “reunião” em torno de uma mesa, a mesa da Última Ceia de Jesus. Já as co-referências anafórica e catafórica merecem esclarecimento: trata-se

também de uma predicação elíptica, de forma idêntica àquela que [e1] esconde. Por isso, ao lermos:

*[e1a] Nós (que estamos) todos juntos, [e2] aqui reunidos à volta da mesa com Jesus, [e1b] somos um grito...*

Poderíamos também ler:

*[e1a] Nós (que estamos) todos juntos, [e2] (nós que estamos) aqui reunidos à volta da mesa com Jesus, [e1b] somos um grito...*

Estamos diante de dois processos de predicação elíptica, isto é, de duas predicações do tipo subordinada adjetiva cuja função é perspectivar o pronome anafórico “Nós”, dando-lhe aspectos modificativos de ênfase ao mesmo tempo em que se elabora uma sequência textual explicativa:

**Esq. I:** NÓS-todos-juntos  
**Esq. Pb:** [quem somos nós?]  
**Esq.expl.1:** *[e1a] Nós (somos os que estamos) todos juntos*  
**Esq.expl.2:** *[e2] Nós (somos os que estamos) aqui reunidos à volta da mesa com Jesus*  
**Esq.expl.3:** *Núcleo de [e1a] + [e1b] Nós somos um grito...*

Depois de relativizado o “Eu” na modalização da forma verbal “queria”, o locutor dilui esse “Eu” em “Nós todos juntos” (linha 019) que precisa agora ser validado. O “Nós todos juntos”, mais do que referente, é uma Representação discursiva esquematizada que precisa ser sustentada frente aos alocutários. Nesse sentido, o NÓS-todos-juntos é a esquematização inicial (Esq.I) que gera uma esquematização problema (Esq.Pb), cuja resolução vem em duas esquematizações explicações (Esq. expl.1 e Esq. expl.2) e em uma esquematização explicação ratificadora (Esq. expl.3), que promove o fechamento da sequência explicativa.

Portanto, fica claro que o “reunidos” de [e2] é anafórico porque retoma o “Nós todos juntos” de [e1a] e é também redundante para exercer o efeito enfático pretendido pelo locutor. Mas, além disso, o termo “reunidos” também instaura um regime co-referencial do tipo catafórico, uma vez que o significado de “reunidos” também pode ser lido no sema do substantivo “unidade”. Semanticamente falando, “(re)unir” é juntar novamente as partes de

algo, ou seja, é promover uma nova “unidade”. Ora, até morfológicamente falando, ao separarmos os afixos das duas formas, chegamos a traço significativo comum, a raiz: re-**unid-**os / **unid-**ade. Há, portanto, uma associação semântica direta entre esses termos que revela o interesse do locutor em associar discursivamente a “reunião” dos cristãos com a “unidade” enquanto dogma, principalmente quando essa associação resvala no termo “banquete” em [e5].

O “banquete” de [e5] não é um banquete genérico oferecido para um indivíduo, para um rei ou algum nobre. Esse banquete é um banquete específico, oferecido para a coletividade, podendo ser recuperado co(n)textualmente como a Santa Ceia de Jesus, da história bíblica, assim como a sua encenação/atualização na Liturgia Eucarística, no instante da missa. É um banquete específico que, caracterizado pelo modificador “apetecível”, simboliza o desejo pela comunhão cristã, sinônima da “reunião” e da “unidade” postas anteriormente.

A partir desse momento, o locutor reelabora vários “Nós”, dentre os quais se destacam o “Nós irmãos” e “Nós divino”. Engajando-se no NÓS-todos-juntos, o locutor propõe, na linha 098, a sua recategorização em “Nós irmãos”, através das seguintes proposições:

*[e1] Jesus reza [e2] para que façamos parte duma grande família, [e3] na qual Deus é **nosso Pai**, [e4] **todos nós somos irmãos**.*

Percebemos que o locutor engendra seus alocutários na metáfora fundada na teoria do criacionismo: Deus é o criador de tudo e de todos, portanto, é Pai de Jesus e Pai de todos os homens; conseqüentemente, os homens entre si e em relação a Jesus são irmãos pela teoria da Criação Divina, formando a “grande família” enunciada em [e2]. Assim o locutor projeta a imagem de NÓS-irmãos, como recategorização do NÓS-todos-junto, mas a recategorização do “nós” não para por aí, já que é reelaborado em um NÓS-coerdeiros-da-promessa e em NÓS-divino:

102-	Espírito do seu Filho, que clama: “Abbà! – Pai!”» (Gl 4, 6). <b>Somos irmãos</b> , porque,
103-	justificados pelo sangue de Cristo Jesus (cf. Rm 5, 9), passámos da morte à vida,
104-	<b>fazendo-nos «coerdeiros» da promessa</b> (cf. Gl 3, 2629; Rm 8, 17). Esta é a salvação
105-	que Deus realiza e a Igreja alegremente anuncia: <b>fazer parte dum «nós» que chega</b>
106-	<b>até o «nós» divino</b> .

Percebemos no trecho destacado (L102 a L106), a passagem do NÓS-irmãos para o NÓS-coerdeiros-da-promessa operada pela predicação instaurada na forma verbal “fazendo-

nos” (L104). O “sangue de Jesus Cristo” (L103), simbolizando metonimicamente o sacrifício do Cristo, é o responsável por promover essa transição entre os dois “Nós”, que juntos culminarão em NÓS-divino, enunciado no fim do trecho (L105-L106). Esse NÓS-divino é o arquétipo de um “nós” hiperônimo que, a jusante e a montante, reúne todos os “nós” hipônimos massificados no texto.

Outra imagem interessante de ser recuperada é a que está presente no bloco textual inicial do Fechamento (4):

107-	O nosso grito, neste lugar que lembra aquele primeiro da liberdade, atualiza o grito de
108-	Na abstração da linha do tempo, o locutor retoma a imagem de um NÓS-irmãos na forma de
109-	como o, daqueles desejos de independência. Possui fascínio semelhante, o mesmo fogo
110-	que atrai. Irmãos, tende os mesmos sentimentos de Jesus. Sede um testemunho de
111-	comunhão fraterna que se torne resplandecente. <sup>4</sup>

uma estrutura vocativa para introduzir uma fala dirigida mais diretamente aos alocutários. A imagem de um VÓS-irmãos é invocada pelo vocativo “irmãos” e pelas formas verbais “tende (vós)” e “sede (vós)”, oportunamente conjugadas no modo imperativo, objetivando apelar, convocar, envolver, os alocutários. Portanto, percebemos que o locutor, depois de fundir a imagem do “EU” em vários NÓS, agora busca a validação dessas imagens no atravessamento de outra imagem o VÓS. Em outras palavras, o locutor textualmente busca se constituir a partir da constituição da imagem dos alocutários.

Finalmente, depois de termos evidenciado as estratégias textual-discursivas utilizadas pelo locutor para tentar validar um jogo complexo de imagens, podemos evidenciar a Representação discursiva do Pastor: aquele que conhece um percurso certo (apontado nos textos sagrados), que sabe o modelo a ser seguido (o do ALGUÉM-cristão-salvo e o do NÓS-divino) e que, mesmo sendo representante/detentor do poder divino/institucional, não é autoritário nem arrogante nem muito menos egoísta (EU-desapoderado), posto que se deixa incluir no coletivo (NÓS-divino, NÓS-todos-juntos, NÓS-coerdeiros-da-palavra, NÓS-irmãos).

### c) O “eu” que marca a Rd do Homem frente a um NÓS e um VÓS-irmãos

As terceira e quarta ocorrências da primeira pessoa do singular aparecem no Adendo (5) ao texto da homilia. Paralelamente, no mesmo trecho aparece a maioria das imagens dos alocutários quase sempre contíguas às imagens do locutor. Devido ao fato do adendo ter sido originado de forma improvisada ao final da missa, podemos supor uma quebra de regime discursivo: se as falas do locutor internas à liturgia da missa eram controladas por protocolos,



espera-se que fora da liturgia o locutor abandone o controle protocolar. Vejamos se isso se confirma no trecho em análise:

124-	(Bênção)
125-	PALAVRAS IMPROVISADAS AO FINAL DA MISSA NO PARQUE BICENTENÁRIO
126-	
127-	Queridos <u>irmãos</u> :
128-	<b>Agradeço-vos</b> por esta concelebração, por ter-nos reunidos junto ao Altar do Senhor, que nos pede que sejamos um, que sejamos verdadeiramente irmãos, que a Igreja seja uma casa de irmãos. Que Deus vos bendiga e <b>peço-vos</b> que não vos esqueçais de rezar por <b>mim</b> .
129-	
130-	

O bloco textual que compõe o adendo é estruturado em torno de uma sequência dialogal incompleta, já que apresenta apenas a intervenção do locutor, perfazendo a seguinte estrutura: abertura fática (L127) > intervenção (L128 a L130) > fechamento fático (L130). Apesar da sequência textual dialogal, trata-se de uma simulação de diálogo porque na verdade o que ocorre é um monólogo, tendo em vista que não é dado a nenhum dos alocutários o direito de réplica. Assim, o bloco textual do adendo está mais afeito a um pronunciamento do que a uma conversação cara a cara. Esse aspecto pode parecer não apresentar maior importância, mas na verdade é crucial para entendermos a configuração das representações discursivas em contexto de enunciação no qual não se espera réplica imediata, isto é, no qual se estabelece uma assimetria de poder que limita as falas: existem os que falam e os que ouvem, existem os papéis sociais do pregador, que detém o poder da palavra, e dos fiéis que são privados do uso dela ou tem o seu acesso rigidamente controlado.

Na abertura fática da sequência dialogal, o locutor introduz uma fórmula de tratamento comum entre os sujeitos que ocupam o lugar social de pregador, contudo omite-se no discurso: ao invés de enunciar, “**meus** queridos irmãos”, como também é usual dizer, apenas diz “queridos irmãos”. Nessa fórmula de tratamento é preciso ressaltar a posição do adjetivo “queridos”, estrategicamente colocado na pré-zona (anteposto ao substantivo) no sintagma substantival. Lembremo-nos que, segundo Adam (2011, p. 88), essa anteposição do adjetivo lhe confere “um sentido atenuado e mais ou menos geral” propício à lexicalização, de modo que a ênfase é no substantivo “irmãos” cuja utilização serve para manifestar a imagem que o locutor projeta para os seus alocutários.

O sema do substantivo irmãos mostra uma equivalência entre locutor e alocutários, levando em conta que “irmãos”, enquanto forma substantiva, designa os filhos da mesma mãe e/ou do mesmo pai. Essa equivalência é implicitamente acentuada quando levamos em conta

que, intertextual e interdiscursivamente, os alocutários reconhecem na construção “queridos irmãos” uma estrutura lexicalizada sobre a elipse de uma predicação. Ao dizer performaticamente “queridos irmãos”, implicitamente se diz “vós que sois meus queridos irmãos”, sendo que nessa construção completa “meus queridos irmãos” atua como uma construção adjetiva de onde o sema de “irmãos”, enquanto adjetivo, se permite ler como “igual”, “semelhante”.

Assim, as escolhas das palavras na fórmula de tratamento instauram, desde a abertura do adendo, o mesmo regime discursivo engajante que o locutor manifestou ao longo do texto principal da homilia. Ao definir os seus interlocutores como “irmãos”, associativamente, o locutor não só projeta a imagem dos alocutários como também a sua própria, numa simulação de diálogo direto que permite surgir o par pessoal Eu-Vós. Ao longo do texto principal da homilia, o par de imagens Eu-Vós já havia sido materializado no segundo bloco textual do Fechamento (4), através das desinências das formas verbais “tende” e “sede” (L110). Agora, no Adendo (5), o “Vós” reaparece não só na desinência da forma verbal “esqueçais”, mas também no pronome oblíquo átono “vos” que aparece tanto enclítico como proclítico.

O interessante a se notar é que a aparição gradual do par Eu-Vós, antes desinencial e agora pronominal, materializa de forma mais clara as marcações dos lugares do locutor e dos alocutários, bem como das imagens do EU-válido e do VÓS-válido que o locutor pretende legitimar. Dessa forma, vemos que o locutor, com essas marcações mais evidentes, demonstra o seu interesse por uma aproximação maior, por um contato mais direto com os seus alocutários. Segmentemos, então, os enunciados do Adendo (5):

[e1] (*vós que sois meus*) *Queridos irmãos:*

[e2] (*Eu*) *Agradeço-vos por esta concelebração, [e3] por ter-nos reunidos junto ao Altar do Senhor, [e4] que nos pede que sejamos um, [e5] que sejamos verdadeiramente irmãos, [e6] que a Igreja seja uma casa de irmãos. [e7] Que Deus vos bendiga e [e8](Eu) peço-vos que não vos esqueçais de rezar por mim.*

Usamos os parênteses para explicitar as informações elididas pelo locutor. A partir disso, podemos observar que de [e1] a [e6] o locutor enuncia um “Eu” e um “Vós”, mas ainda perdura a absorção do “Eu” e do “Vós” pelo “Nós”, nas construções “ter-nos reunidos”, “nos pede que sejamos um”, “que sejamos verdadeiramente irmãos”, “que a igreja seja uma casa de irmãos”. Podemos concluir que o mesmo regime discursivo engajante ainda perdura nesse trecho do adendo, revelando um sujeito que, mesmo fora da liturgia da missa, ainda está

imbuído da validação da imagem de um NÓS, tendo em vista que retoma as imagens já construídas:

Quadro 01: Retomada de imagens por parte do locutor		
Nº:	Proposições-enunciado	Imagens
[e3]	“ter-nos reunidos”	NÓS-todos-juntos
[e4]	“(o Senhor Jesus) que nos pede que sejamos um”	NÓS-cristãos-católicos NÓS-cristãos-católicos- hispano-americanos
[e5]	“que sejamos (nós) verdadeiramente irmãos”	NÓS-irmãos
[e6]	“que a igreja seja uma casa de irmãos”	

Fonte: elaboração nossa

Por outro lado, é importante destacar que no percurso de [e1] até chegar em [e8] a marcação da primeira pessoa do singular parece emergir gradualmente. É possível notar de [e1] a [e7] um “Eu” ainda ligado aos atos de discurso engajantes manifestados dentro da liturgia da missa. Esse “EU” parece ser ainda a Rd do Pastor tendo em vista que retoma os temas e imagens abordados na missa e, principalmente, levando em conta o ato performático que [e8] apresenta: quem diz “*Que Deus vos bendiga*” senão o Pastor intervindo cerimonialmente junto ao Pai pelos seus fiéis? Parece-nos se tratar de fato da Rd do Pastor que ainda se manifesta nessa parte do adendo, de modo que o performático já cristalizado “queridos irmãos” abre o ato discursivo engajante e o outro performático também já cristalizado “Que Deus vos bendiga” promove o fechamento. Portanto, nessa situação, o locutor constrói a Rd do Pastor ao mesmo tempo em que constrói a Rd de Fiéis de seus alocutários.

Depois disso, o locutor se despe da Rd do Pastor e constrói uma outra Rd: a do Homem, Mario Bergoglio, que, apesar de ser chamado de “O Santo Padre”, é humano, pecador e reconhece a possibilidade de falhar. Por isso que em [e8] o locutor enuncia várias marcações do par “Eu-Vós”: “*(Eu) peço-vos que não vos esqueçais de rezar por mim*”. Esse pedido final do locutor retoma a imagem do EU e do VÓS coerdeiros, sinónimos do EU-irmão que resvala no VÓS-irmãos, amplamente marcados na superfície textual: o Eu-irmão é agente do processo de súplica (“peço-vos que não vos esqueçais”) e paciente do processo de intercessão (“de rezar por mim”). O Vós-irmãos é o demandado da ação de interceder com rezas. Com isso, o locutor apaga a assimetria de poder inerente à posição social que ocupa, para estabelecer o equilíbrio através das imagens do EU-coerdeiro/ VÓS-coerdeiros e do Eu-irmão/VÓS-irmãos. No pedido

de orações, o locutor estabelece um contrato discursivo de equidade: se locutor e alocutários são coerdeiros da palavra e irmãos pela criação, tanto um quanto o outro podem interceder junto às instâncias divinas.

Assim, através da segmentação dos enunciados, vemos que, propositalmente, o índice da primeira pessoa do singular é apagado em [e1], manifestado discretamente em [e2] e no início de [e8] na forma elíptica, mas no fim de [e8] se coloca mais evidente no pronome oblíquo “mim”:

Quadro 02: Focalização gradual do “Eu”		
Procedimentos do locutor:	Nº:	Enunciados:
Apagamento do “Eu”	[e1]	<i>(meus) queridos irmãos</i>
Aparecimento gradual do “Eu”	[e2] [e8]	<i>(Eu) agradeço-vos</i> <i>(Eu) peço-vos</i>
Absorção do “Eu” e do “Vós” pelo “Nós”	[e3] [e4] [e5]	<i>ter-nos reunidos</i> <i>nos pede que sejamos um</i> <i>que sejamos verdadeiramente irmãos</i>
Focalização oblíqua do “Eu” e do “Vós”	[e8]	... não vos esqueçais de rezar por <b>mim</b>

Fonte: elaboração nossa

O Quadro 02 mostra os procedimentos utilizados pelo locutor no texto para promover ora o seu apagamento ora a sua focalização atenuada. Em [e1], o Eu é apagado e só se faz presente no confronto com o Vós, implícito na fórmula vocativa “queridos irmãos”. Em [e2] e [e8] ocorre o aparecimento gradual do Eu nas desinências verbais, mas principalmente a partir da marcação do Vós que instaura o tom dialogal: “agradeço-vos” = Eu agradeço a vós; “peço-vos” = Eu peço a vós. Em [e3], [e4] e [e5] ocorre a absorção do par Eu-Vós pelo Nós. E finalmente, em [e8] ocorre a marcação do EU na forma oblíqua “mim” como meta a qual se dirige as ações do Vós.

## EM VIAS DE CONCLUSÃO

Se pensarmos nas intenções discursivas por trás desses procedimentos e dos demais recursos textual-discursivos que evidenciamos ao longo desse trabalho, constatamos que as Representações discursivas podem ser percebidas pelo conjunto de imagens esquematizadas no texto. Para Adam (1999, p. 113), a imagem do locutor, que pode ser equiparada ao Ethos discursivo, é esquematizada no texto e se deixa representar de forma “implícita/insinuada” ou de forma “explícita/mostrada” através de um intrincado de imagens projetadas.

As imagens, por sua vez, não são as próprias representações discursivas, mas apenas “índices” que ajudam na reconstrução dessas representações (GRIZE, 1979, p. 100). Por isso demos ênfase aos índices de pessoa, já que são a parte materialmente visível das representações que o locutor faz de si. Assim, vimos o apagamento dos índices “eu” e “vós” dentro de uma multiplicidade de índices “nós”, no verdadeiro jogo de imagens que buscava dissipar a assimetria de poder naturalmente existente na esfera religiosa, entre o “eu” (locutor) e o “vós” (alocutários).

O Papa Francisco, enquanto locutor, se esforçou para projetar a imagem de um EU-desapoderado, humilde, um par dos seus alocutários, para poder persuadi-los à união sob a égide dos dogmas da fé católica. Contudo, o olhar analítico direcionado para os parâmetros da situação sociodiscursiva, das condições de produção e das condições de recepção do texto da homilia nos permitiu distinguir a imagem intencional de EU-desapoderado, das representações discursivas de máximo exegeta, no primeiro momento, de Pastor, no segundo momento, e de homem, no terceiro momento. As representações discursivas do locutor sempre resvalavam na representação dos alocutários como Coerdeiros, Irmãos, Cristãos, Fiéis, compatriotas Hispano-americanos.

Vimos que as categorias semânticas da predicação, da referenciação e da modificação foram fundamentais para mascarar as relações de poder, relativizar a assunção de Responsabilidade enunciativa (RE) e instaurar atos performáticos reveladores da Orientação argumentativa (ORarg.) que o texto da homilia perseguiu. As sequências narrativas, explicativa e dialógica foram desencadeadas pela referenciação e predicação para ajudar na validação das imagens projetadas. Com pouca estruturação sequencial, talvez fosse melhor caracterizá-las como períodos textuais encaixados cuja finalidade foi agrupar as proposições enunciadas em função dos Pontos de vista (Pdv) do locutor.

## REFERÊNCIAS

ADAM, J-M. Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 93-117.

\_\_\_\_\_. **A Linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. A Análise Textual dos Discursos: entre Gramáticas de Texto e Análise do Discurso. Trad. Michelle Valois e Doris Cunha. **Eutomia Revista online de Literatura e Linguística**, Recife, Ano III-vol.1, n. 06, Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

\_\_\_\_\_. **Linguistique textuelle**. Des genres de discours aux textes. Paris: Nathan, 1999.

FRANCISCO. Viaje apostólico del Santo Padre Francisco a Ecuador. Santa Misa por la evangelización de los pueblos – Parque Bicentenario (Quito, 7 de julio de 2015). **Homilía del Santo Padre**. Roma: Librería Editrice Vaticana, 2015. Acesso em: 20/07/2015 Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/francesco/es/homilies/2015/documents/papafrancesco\\_2015\\_0707\\_ecuadoromeliabicentenario.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/es/homilies/2015/documents/papafrancesco_2015_0707_ecuadoromeliabicentenario.html)>

GRIZE, J.-B. Logique du discours et institutions sociales. In: **Revue européenne des sciences sociales**, T.17, N. 45, Discours, Savoir, Histoire: travaux du Centre de Recherches Sémiologiques de l'Université de Neuchâtel 2, 1979, pp. 91-101. Acesso em: 18 jun. 2015. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/40370753> >

QUEIROZ, M. E. **Representações discursivas no discurso político**. “Não me fiz sigla e legenda por acaso”: o discurso de renúncia do senador Antônio Carlos Magalhães (30/05/2001). 2013. 188 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2013.

RODRIGUES, M. G. S. *et al.* A carta-testamento de Getúlio Vargas (1882-1954): genericidade e organização textual do discurso político. **Filologia e linguística portuguesa**, n. 2, São Paulo, vol.14, p.285-307, 2012.